



Universidade Federal do Piauí
Campus Ministro Petrônio Portella
Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL
Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciência Política

PLANO DE ENSINO

I. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

- 1.1. Ano: 2019.2
- 1.2. Disciplina: Corrupção e Accountability em Sistemas Políticos Modernos
- 1.3. Crédito: 04
- 1.4. Carga Horária: 60hs
- 1.5. Caráter: Obrigatória
- 1.6. Professora: Monique Menezes
- 1.7. Contato: moniquemenezes@gmail.com

II. EMENTA

Retrospectiva histórica dos sistemas políticos. Corrupção, nepotismo, fisiologismo, crime organizado, favorecimento e “mordomias”. Lesão ao patrimônio público, perda de credibilidade do sistema político-administrativo. Transgressão a regras legais ou ao consenso moral. Instituições, mecanismos e tipos de controle (Secretaria Federal de Controle, o controle externo por instituições como o Legislativo e os Tribunais de Contas e o controle societal partindo dos cidadãos, de movimentos e organizações sociais e a imprensa). Problemas de “accountability”.

III. OBJETIVOS

O objetivo do curso consiste em proporcionar aos discentes uma análise da corrupção e da transparência das instituições contemporâneas. Inicialmente, será apresentado um recorte conceitual sobre o significado e as implicações da corrupção nas instituições e na sociedade como um todo. Em seguida, discutiremos as distintas interpretações da literatura para as causas e manutenção de práticas corruptas e, alternativamente, os incentivos à transparência. Posteriormente, será realizada uma análise dos mecanismos de controle adotados para a promoção da accountability, responsividade governamental e a redução da corrupção. Por fim, discutiremos os efeitos da Operação Lava-Jato sobre a corrupção e, de forma mais ampla, sobre a sociedade.

IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Corrupção e Transparência
 - a. Conceitos básicos
 - b. Medições
 - c. Impacto da corrupção sobre as instituições políticas e a sociedade
 - d. Determinantes para continuidade da corrupção
 - e. Incentivos à transparência
2. Accountability
 - a. Conceitos básicos
 - i. Tipologia
 - b. Accountability, Democracia e Representação
 - i. Qualidade da Democracia
3. Mecanismos de Accountability no Brasil: controle da corrupção
 - a. Instituições de Controle Interno
 - b. Instituições de Controle Externo
4. Operação Lava-Jato e os seus efeitos sobre a corrupção no Brasil

V. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Abramo, C. W. (2005). Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. *Novos Estudos*, 73, pp. 33-37.

Abranches, S. (2019). Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. (Orgs.). São Paulo: Companhia das Letras.

Albuquerque Junior, D. M. (1988). *Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema à solução (1977-1922)*. Campinas, São Paulo, Brasil: Dissertação de Mestrado para obtenção do grau de Mestre em História.

Arato, A. (2002). Representação, Soberania Popular e Accountability. *Lua Nova* (55), pp. 85-103.

Avritzer, Leonardo; Bignotto, Newton; Guimarães, Juarez; Starling, Heloisa Maria Murgel. (2012). *Corrupção Ensaios e Críticas* (2nd Edition ed.). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil: UFMG.

Bonifácio, R. e Ribeiro, E. (2016). Corrupção e participação política no Brasil: diagnósticos e consequências. *Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília*, nº 20.

Burszty, M. (2008). *O poder dos donos Planejamento e clientelismo no Nordeste* (3ª Edição ed.). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Garamond.

Carvalho, I. M. P. (2019). Rede de accountability horizontal da gestão pública: estudo de caso acerca da interação institucional no combate à corrupção no Piauí (2009-2017). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Piauí, Programa de Mestrado em Ciência Política, Teresina.

Filgueiras, F. (2011). Além da transparência: accountability e política da publicidade. *Lua Nova*, 82, pp. 353-364.

Filgueiras, F. (2015). Desenvolvimento institucional e controle da gestão pública: uma análise do sistema de accountability brasileiro. *ANPOCS*, (pp. 1-33). Caxambu.

Filgueiras, F., Montandon, A. M., Oliveira, B. M., & Abreu, I. M. (2010). Corrupção, Cultura política e Reformas no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, 10, 318-334.

Flórez, F. C. (2006). Instituciones democráticas de rendición de cuentas en América Latina: diseño legal y desempeño real. In: J. M. Payne, D. Zovatto, & M. M. Dias, *La política importa: democracia y desarrollo en América Latina* (2 Segunda Edição ed., pp. 129-164). Washington, Washington, Estados Unidos: BID.

Gruman, M. (set-dez de 2012). Lei de Acesso à Informação: notas e um breve exemplo. *Revista Debates*, 6 (3), pp. 97-108.

Loureiro, M. R., Abrúcio, F. L., Olivieri, C., & Teixeira, M. A. (2012). Do Controle Interno ao Controle Social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 17 (60), 54-67.

Melo, C. A. (2010). *Corrupção e Políticas Públicas: uma análise empírica dos municípios brasileiros*. Recife, Pernambuco, Brasil: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE.

Melo, M. A. (2007). *O Controle Externo na América Latina*. INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, São Paulo.

Miguel, L. F. (2017). *Consenso e Conflito na Democracia Contemporânea*. São Paulo: UNESP.

Miguel, L. F. (Novembro de 2005). Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. *Revista de Sociologia Política*, 25, pp. 25-38.

Morlino, L. (2014). *La calidad de las democracias en América Latina*. Instituto Internacional para la Democracia y la Aistencia Electoral - IDEA, Internacional. San José: IDEA Internacional.

Miranda, L. F. (2018). Unificando conceitos de corrupção: uma abordagem através da nova metodologia dos conceitos. *Revista de Sociologia Política*, Brasília, nº 25.

Nascimento, L. N. (2018). Mais capacidade estatal, menos corrupção? Uma análise para a América Latina (1996-2015). *Revista de Sociologia e Política*, Brasília, v. 26, nº 68.

O'Donnell, G. (1998). Accountability Horizontale Novas Poliarquias. *Lua Nova* , 1 (44), 27-44.

Power, T., & Gonzalez, J. (Novembro de 2003). Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. *Revista de Sociologia e Política* , 21, pp. 51-69.

Przeworski, A. (1999). O Estado e o Cidadão. In: L. C. Bresser Pereira, J. Wilhein, & L. Sola, *Sociedade e Estado em Transformação* (1 ed., p. 453). São Paulo, São Paulo, Brasil: UNESP e ENAP.

Rose-Ackerman, S and Palifka, B. J. (2016). *Corruption and Government: causes, consequences, and reform*. New York, NY: Cambridge University Press.

Rose-Ackerman, S. (2001). *La corrupción y kis gobiernos. Causas, consecuencias y reforma*. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno.

Souza, J. (2017). A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: LeYa.

Speck, B. W. (2000). *Os custos da corrupção* (Vol. 10). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Cadernos Adenauer.

Warde, W. (2018) *O espetáculo da corrupção: como um sistema corrupto e o modo de combatê-los estão destruindo o país*. Rio de Janeiro: LeYa.

Xavier, L. O. e Avila, C. F. D. (2016). A qualidade da democracia no Brasil: questões teóricas e metodológicas da pesquisa. Curitiba, PR: CRV.

VI. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Avritzer, L. Instituições Participativas e Desenho Institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.

Bovens, M. (2010). Two Concepts of Accountability: accountability as a Virtue and as a Mechanism. *West European Politics* , 33 (5), pp. 946-967.

Moraes, R.; L. Andion; e Pinho, J. L. C. (2017). Cartografia das controvérsias na arena publica da corrupção eleitoral no Brasil. *Caderno EBRAPÉ.BR*, Rio de Janeiro, v. 15, nº 4, Artigo 6.

O'Donnell, G. (1998). Accountability Horizontale Novas Poliarquias. *Lua Nova* , 1 (44), 27-44.

Pessanha, P. (2009). Controle externo: a função esquecida do Legislativo no Brasil. In: F. e. Schwartzman, *O sociólogo e as políticas públicas: ensaios em homenagem a Simon Schwartzman*. Rio de Janeiro, Brasil: FGV

VII. METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida a partir de aulas discutidas, dialogadas e com grupos de discussão.

VIII. RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro de acrílico, pincel e Datashow, software de pesquisa, dentre outros.

IX. AValiação

O aproveitamento acadêmico será realizado através de acompanhamento contínuo do desempenho do aluno e, especialmente, dos resultados obtidos em avaliações parciais e, se necessário, em exame final. Serão realizadas múltiplas avaliações visando contemplar uma série de habilidades a serem desenvolvidas pelos discentes durante a realização do curso, a saber: realização de grupos de discussão, resenha e avaliações escritas em sala de aula. As três notas serão calculadas a partir do desempenho dos alunos nas atividades abaixo:

| Notas | Tipo de Avaliação | Total de Pontos |
|--------------|-----------------------------------|------------------------|
| 1ª Nota | Avaliação escrita em sala de aula | 10 Pts |
| 2ª Nota | Seminário | 10 Pts |
| 3ª Nota | Resenha e Participação | 10 Pts |

Será considerado APROVADO o aluno que:

- Obter média aritmética (MA) das avaliações igual ou superior a 7,0 (sete) - aprovado por média;
- Exame final: Média Final = $(MA + EF)/2 \geq 6$ - aprovado por exame final.

Será considerado REPROVADO o aluno que:

- Obter frequência inferior a 75% da carga horária;
- Obter MA inferior a 4,0 (quatro);
- Obter MA inferior a 6,0 (seis), resultante da Média Final após o exame final.

O aluno poderá requerer exame de segunda chamada por si ou por procurador legalmente constituído. O requerimento dirigido ao professor responsável pela disciplina, devidamente

justificado e comprovado, deve ser protocolado à chefia do Departamento/Curso a qual o componente curricular esteja vinculado no prazo de 03 (três) dias úteis, contado este prazo a partir da data da avaliação não realizada.

Consideram-se motivos que justificam a ausência do aluno às verificações parciais e/ou ao exame final: a) doença; b) doença ou óbito de familiares diretos; c) Audiência Judicial; d) Militares, policiais e outros profissionais em missão oficial; e) Participação em congressos, reuniões oficiais ou eventos culturais representando a Universidade, o Município ou Estado; f) Outros motivos que, apresentados, possam ser julgados procedentes (Resolução 177/2012 - CEPEX).

O conteúdo dos trabalhos não poderá ser copiado ou recortado de textos extraídos da internet (Google) e de outros materiais, livros, artigos e demais fontes bibliográficas, sem o devido uso das regras da ABNT. Caso o discente copie trechos em seus trabalhos de outro autor, sem a devida citação, será atribuída a nota zero.

OBSERVAÇÃO: o programa da disciplina e a bibliografia recomendada poderão sofrer alterações conforme necessidade do curso.